

RETRATO DAS BIBLIOTECAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE SANTA CATARINA

Maria Lourdes Blatt Ohira¹
Orestes Trevisol Neto²
Priscila Machado Borges Sena³
Ana Claudia Philippi Pizzorno⁴
Mônica Valério Barreto⁵

Resumo: São apresentados os resultados da pesquisa Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina. Realizou-se uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, com análises quantitativas e qualitativas. O universo da pesquisa constituiu-se de 416 escolas que possuem a partir de 400 estudantes matriculados. Utilizou-se questionário com questões fechadas e possibilidade de comentários abertos, disseminado pelo serviço online Formulários Google, enviado aos e-mails gerais das escolas e específicos das direções. Obteve-se 101 respostas, oriundas de 34 municípios de diferentes regiões do Estado. Identificou-se 79 bibliotecas em funcionamento, 9 desativadas, e 13 inexistentes. A maioria são gerenciadas por professores(as), sendo que apenas 4 municípios contam com bibliotecários(as) em seus quadros profissionais, totalizando 18, com destaque para Florianópolis que possui uma rede de bibliotecas escolares estruturada, abrangendo 14 profissionais. A maioria das escolas possuem bibliotecas e atendem parcialmente os parâmetros básicos no tocante ao número de títulos, espaço físico e serviços prestados, estipulados via resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, porém não cumprem com o quesito profissional habilitado. Outra fragilidade evidenciada consiste no registro manual do acervo, como também, a principal fonte mantenedora dos acervos ser o PNLD, ainda se constatou presença ínfima de e-books nos acervos das bibliotecas escolares. Por fim, destaca-se que a lei 12.244/2010 continua vigente e cabe aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, Ministério Público e a classe profissional bibliotecária vigiarem sua efetivação afim de contribuir com a qualidade da educação.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Lei 12.244/2010. Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a situação/realidade das bibliotecas escolares nos municípios catarinenses com mais de 5.000 habitantes, abrangendo 34 cidades de diferentes regiões do Estado. Seu desenvolvimento e aplicação teve como parâmetro a pesquisa **“Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina”** sob autoria de Sena (2021). Para detalhar um caminho metodológico visando o mapeamento e diagnóstico de bibliotecas

1 Graduação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (1976). Mestrado em Biblioteconomia na área de concentração de Planejamento e Administração de Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP (1998). Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2004). Conselho Federal de Biblioteconomia.

2 Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mestre em Ciência da Informação - UFSC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5446-2153>

3 Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

4 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Especialista em Gestão da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Biblioteconomia pela UDESC.. Conselho Regional de Biblioteconomia.

5 Bibliotecária/Pedagoga. Especialista em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e, Educação Infantil e Séries Iniciais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIasselvi; Graduada em Biblioteconomia e Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.. Prefeitura Municipal de Palhoça (SC).



escolares públicas (municipais e estaduais) sugere-se a leitura do trabalho de Ohira *et al.* (2022) apresentado no 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

É consenso, o entendimento de que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras tiveram um intervalo de 10 anos para se adequarem a Lei 12.244/2010 que propõe a universalização das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010). Considerando a existência e legalidade da referida lei, observa-se que os avanços ainda são limitados, até o ano de 2022 mais de uma dezena de estudos teóricos e aplicados discutiram a execução da referida lei (ALBUQUERQUE; TEDESQUI; ALBUQUERQUE, 2014; CAMPELLO *et al.*, 2012; CAMPELLO *et al.*, 2016; CASTRO FILHO; COPPOLA JUNIOR, 2012; FARIAS; BRITTO, 2019; FILGUEIRA *et al.*, 2017; GUIMARÃES *et al.*, 2016; MORENO, 2014; SANTOS; LIMA; RESENDE, 2021; SILVA, 2011; SILVESTRE; PAIVA, 2018; SOUZA, 2017; PEREIRA; RODRIGUES SOBRINHO; GIRELLI, 2020; PEREIRA, 2018; ZIMMERMANN; PAULA; OHIRA, 2017; VAHL DICK *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, ainda são incipientes as pesquisas aplicadas com amostras significativas/abrangentes, muitos se resumem a estudo de caso focadas em uma cidade, região e ou instituição. Partindo dessa premissa, o artigo surge do desconhecimento acerca da realidade das bibliotecas escolares públicas municipais e do não cumprimento da Lei 12.244/2010. Assim questionou-se: Qual o cenário das bibliotecas escolares públicas de municípios catarinenses? Diante da pergunta de pesquisa, o objetivo consiste em apresentar um diagnóstico das bibliotecas escolares públicas de municípios catarinenses com mais de 5.000 habitantes.

Justifica-se a necessidade de conhecer a realidade dos municípios para que órgãos como Conselho Regional de Biblioteconomia, Associação Catarinense de bibliotecários e cursos de graduação em Biblioteconomia possam planejar ações e atuar coletivamente para efetivação da referida lei. Ao mesmo tempo, provoca a sociedade na medida que são apresentados dados concretos oriundos de uma pesquisa desenvolvida pela Conselho Regional de Biblioteconomia - 14ª região, que expõe o desinteresse dos gestores públicos para efetivação de políticas públicas com foco no acesso à informação e leitura.

Santos, Lima e Resende (2021, p. 22) em estudo que analisou a legislação da biblioteca escolar nos estados brasileiros antes e após a promulgação da Lei 12.244/ 2010 constaram que “a aplicabilidade das legislações está longe de ter seu cumprimento na prática.

Há muitas determinações em benefício da biblioteca escolar, e da educação em geral, que não são atendidas ao se verificar os fatos reais”.

Pereira, Rodrigues Sobrinho e Girelli (2020) analisaram a implantação da 12.244/2010 em quatro prefeituras da Grande Vitória, Espírito Santo, e identificaram que apenas duas atuaram para a efetivação da referida lei.

Silvestre e Paiva (2018) investigaram a biblioteca escolar e sistemas de ensino público na Região Metropolitana de Belo Horizonte, dos 10 municípios que responderam à pesquisa, apenas apenas três apresentaram ações concretas para o cumprimento da Lei nº 12.244.

Vahldick *et al.*, (2017) realizaram diagnóstico de 8 bibliotecas escolares no município de Indaial (SC), identificaram que os responsáveis por tais bibliotecas são professores readaptados ou convidados, ainda evidenciaram que o perfil destes profissionais se enquadra como animador cultural e de não gestor da informação.

Pereira (2018) verificou o processo de implantação da Lei 12.244/2010 no Estado do Mato Grosso do Sul após 6 anos da promulgação da lei que universaliza as bibliotecas escolares e constatou

tímida a reação do governo Sul-Mato-Grossense a esse respeito, pois, não há políticas públicas desenvolvidas para esse fim, a quantidade de bibliotecas nas escolas não chega a 50% do total de escolas que o Estado possui, existem, apenas, três bibliotecários no quadro de pessoal do Estado, denotando falta de capital intelectual para gestão efetiva das bibliotecas no Estado (PEREIRA, 2018, p. 93).

Castro Filho e Coppola Junior (2012) verificaram a situação das bibliotecas escolares do ensino fundamental no Município de Ribeirão Preto (SP), constataram a existência de salas de leitura e ausência do bibliotecário(a) atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Campello *et al.* (2012) analisaram a produção científica nacional sobre diagnóstico de biblioteca escolar, fundamentados em 18 documentos publicados entre 1979 e 2011 evidenciaram a “situação real” ou “condições de funcionamento” das bibliotecas, abordando recursos humanos, acervo, serviços oferecidos, espaço físico, mobiliário, aspectos administrativos/financeiros e comunidade de usuários.

Assim, ao se deparar com a realidade das Escolas Públicas e em especial, a situação das Bibliotecas Escolares, e os indicadores sobre a leitura no Brasil, verifica-se que a média de livros inteiros lidos por ano é inferior a três títulos, conforme revela a pesquisa **“Retratos da leitura no Brasil”**, 5ª edição (INSTITUTO PPRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL, 2020).

Esta edição contou com a seção especial “**Retratos da Leitura Bibliotecas Escolares (2019): identificar o impacto das bibliotecas na aprendizagem dos alunos**” e constatou-se que há bibliotecas na maioria das escolas, permitindo que os estudantes frequentem quando desejarem, estas contam com profissionais (professores/bibliotecários) e acervo, apesar dos professores indicarem as obras para a biblioteca, os alunos nem sempre localizam as obras que gostariam de ler. No entendimento dos participantes, a biblioteca representa um lugar para pesquisar ou estudar (INSTITUTO PPRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL, 2020).

Diante do exposto, espera-se que diagnósticos dessa natureza possam ser realizados a cada 5 anos para avaliar avanços ou retrocessos no espaço da biblioteca escolar, visto que é tempo suficiente para analisar mudanças. Acredita-se que os resultados oriundos desta pesquisa podem colaborar com dissertações e teses que versam sobre o tema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, apresenta uma abordagem qualitativa e aplica as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Para a coleta de dados fez-se uso de questionário on-line construído na plataforma Google Forms.

Inicialmente foram delimitados os municípios que fariam parte da pesquisa, dos 295 municípios catarinenses **foram excluídos** municípios com menos de 5.000 habitantes (105)⁶e, incluídas escolas a partir de 400 estudantes. Para o levantamento das escolas municipais catarinenses utilizou-se de várias estratégias e fontes de informação. Na primeira etapa foram enviados e-mails para as Secretarias de Educação dos municípios catarinenses, solicitando o nome das escolas, número de estudantes matriculados e e-mail da escola, sendo que somente **70 municípios responderam**. A segunda etapa foi a consulta na Base de dados da Secretaria de Estado da Educação, onde identificou-se apenas 38 municípios com a relação de algumas escolas, não contendo a totalidade das escolas estaduais. Partiu-se então para a localização de sites com dados sobre as escolas municipais, com destaque para o quadro 1.

⁶NSCTotal: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/saiba-quantas-e-quais-cidades-de-sc-podem-ter-que-se-fundir-com-municipios-vizinhos> Acesso em 16 ago. 2022

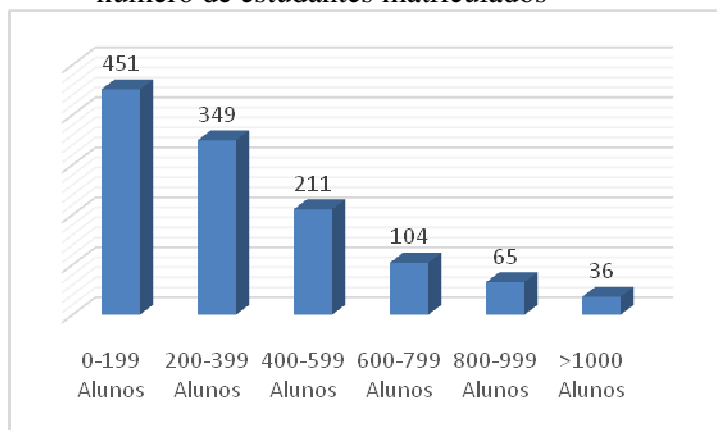
Quadro 1 – Sites de escolas públicas e privadas

Fonte	Escopo	Endereço
INEP	Catálogo de Escolas do INEP	http://inep.gov.br/dados/catalogo-de-escolas
Qedu	Dados educacionais escolas da Fundação Lemann	https://www.qedu.org.br
Escolas.inf.br	Informações sobre escolas públicas e particulares	https://www.escolas.inf.br/
WebEduc	Portal de conteúdos educacionais do MEC	http://webeduc.mec.gov.br/
RaioX das Escolas do Brasil	Informações de escolas do país do G1 – Globo.com	http://especiais.g1.globo.com/educacao/raio-x-das-escolas-do-brasil/
Escol.as	Mais de 200 mil escolas	https://www.escol.as/

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De posse do nome das escolas por município e do número de estudantes matriculados ficou faltando o e-mail das escolas. Esta tarefa foi árdua, no sentido de localizar os atualizados e ativos. A consulta no buscador Google utilizando os termos “**E-mail das escolas municipais + o nome do município**”, resultou na identificação de algumas prefeituras que disponibilizam no seu site. Obteve-se o total de 1.216 escolas, sendo que a amostra foi composta por 416 escolas, a partir de 400 estudantes matriculados, no ensino fundamental I, II e ensino médio (figura 1).

Figura 1 - Distribuição das escolas municipais no Estado de Santa Catarina por número de estudantes matriculados



Fonte: Ohira *et al.* (2021).

Para o desenvolvimento do diagnóstico das bibliotecas escolares foi elaborado um questionário baseado na resolução Nº **220 de 13 de maio de 2020** do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. O grupo de pesquisa do CRB/14 juntamente com a pesquisadora contratada pelo CRB-14 para executar a pesquisa, “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina (2020)” elaboraram um [formulário](#)⁷ composto de 31 questões.

Quadro 2 –Comparativo questões do formulário e resolução CFB

Seções	Abordagens das questões	Parâmetros – Resolução CFB nº 220
SEÇÃO 1- Instituição	Nome do município, da escola, existência/funcionamento da biblioteca	Dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições escolares públicas e privadas de todos os sistemas de ensino
SEÇÃO 2 – Espaço físico, acessibilidade e horário	Período de funcionamento, espaços existentes, metragem do espaço, condições ambientais (iluminação, climatização, acessibilidade etc.).	I - área mínima de cinquenta metros quadrados, com mobiliário e equipamentos adequados para o atendimento satisfatório da comunidade escolar.
SEÇÃO 3 – Acervo	Acervo (livros, <i>e-books</i> , multimídias, Fantoches/Jogos/Fantasias), quantidade de títulos por estudante, formas da solicitação de compra e organização do acervo (catalogado, organizado por cores, registrado manualmente et.).	a) um título por estudante matriculado, no mínimo, contemplando a diversidade de gêneros e estilos literários, com autores nacionais e estrangeiros. b) catalogação adequada. c) acesso irrestrito a toda a comunidade escolar.
SEÇÃO 4 – Produtos e serviços	Incentivos de uso dos docentes, serviços oferecidos (empréstimos, acesso à internet, projetos culturais, orientação a pesquisa, Cursos/Oficinas de informática, hora do conto etc.), acessibilidade do acervo (<i>braille/audiobooks</i>)	a) consulta local ao acervo; b) empréstimo domiciliar de itens do acervo; c) atividades de incentivo à leitura; d) orientação à pesquisa escolar;
SEÇÃO 5 – Público	Público que utiliza a biblioteca, média de frequência diária, comunicação da biblioteca com a comunidade escolar	IV - Divulgação de orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.
SEÇÃO 6 – Recursos Humanos	Número de funcionários, profissional responsável pela biblioteca, nível de escolaridade e carga horária semanal	f) ser administradas por bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe, auxiliados por equipes em quantidade e qualidade adequadas;

Fonte:Ohiraet al. (2022) adaptado de Sena (2021) e CFB (2020).

As perguntas propostas apresentam um caráter mais abrangente do que os parâmetros da resolução do CFB, uma vez que se questiona disponibilização de *ebooks*, projetos

⁷SENA, Priscila Machado Borges. **Instrumento de coleta de dados para a situação das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**. Florianópolis: CRB-14, 2020. Disponível em: [Instrumento-RetratoBibliotecasSC.pdf \(crb14.org.br\)](#) Acesso em 07 nov. 2022.

culturais, oficinas, indicadores de frequência, canais de comunicação com a comunidade e o perfil dos profissionais responsáveis pela biblioteca.

O link do formulário foi enviado por e-mail aos diretores das escolas, acompanhado com a descrição dos objetivos da pesquisa dentre outubro de 2020 a fevereiro de 2021.

3 RETRATO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

A seguir são apresentados os dados coletados por meio do questionário com questões relacionadas a existência de biblioteca na escola, espaço físico, acessibilidade, horário de funcionamento, condições do acervo, produtos e serviços oferecidos, usuários e recursos humanos para organização e funcionamento das bibliotecas

Da amostra de 416 escolas com mais de 400 estudantes matriculados, 101 diretores responderam ao questionário, assim 34 municípios participaram do estudo sendo eles: Balneário Camboriú, Blumenau, Capivari de Baixo, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Concordia, Corupá, Florianópolis, Guabiruba, Guarujá do Sul, Ilhota, Imaruí, Indaial, Iporã do oeste, Itajaí, Itapema, Irani, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Navegantes, Ouro, Palhoça, Pinhalzinho, Porto União, Saudades, São João Batista, São João do Sul, São José, Tangará, Timbó, Três Barras, Xaxim.

Das 101 escolas respondentes, **79(78%) possuem biblioteca em funcionamento**, em **9 (9%) escolas as bibliotecas estão desativadas** e 13 (13%) não assinalaram nenhuma das alternativas. Dentre os inúmeros motivos apontados pelos diretores temos como respostas: ausência de profissional bibliotecário, interdição da sala por motivos estruturais, falta de espaço físico dentre outros. Os comentários dos respondentes da opção, nenhuma das alternativas, revelam a situação das bibliotecas:

“Possuímos apenas sala de leitura, visto que, para ter uma biblioteca se faz necessário profissional habilitado para desenvolver o serviço e não o temos” (diretor(a)).

“Devido ao espaço que era utilizado com finalidade de biblioteca ser desativado para dar espaço a uma sala de aula, não dispomos de biblioteca. os livros estão alocados (amontoados) num pequeno espaço destinado a estudos pelos professores” (diretor(a) b).

“Tem biblioteca, mas não temos funcionário para atender ao público” (diretor(a) c).

Para mudar essa realidade é necessário vontade política dos gestores públicos no que tange aos investimentos direcionados para bibliotecas escolares, bem como, um trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários.

Quando da aplicação do mesmo estudo nas escolas estaduais de Santa Catarina, Sena (2021) constatou que na amostra de 225 escolas do estado, destas 181 (80%) contavam com a biblioteca em funcionamento e 16 (7%) estavam desativadas. Portanto, a maioria das escolas contam com bibliotecas.

Os períodos da manhã e tarde concentram os horários de funcionamento das bibliotecas escolares, considerando que é o horário que as escolas atuam. Conforme Sena (2021) esta característica também foi evidenciada nas bibliotecas das escolas estaduais.

Com relação a área física **55 (54%) escolas responderam que possuem espaço físico igual ou maior que 50 m²destinada a Biblioteca, 37 (37%) afirmaram que o espaço é menos que 50 m²e 9 (9%) responderam não se aplica.** Acerca dos espaços que as bibliotecas dispõem, contactou-se que 77 bibliotecas possuem área de Leitura, estudo e pesquisa, 58 indicaram Área de atendimento ao público, 41 indicaram Área exclusiva e suficiente para o armazenamento do acervo, 16 indicaram Área para serviços técnicos e administrativos e apenas 15 indicaram Área de estudos individuais.

Conforme Sena (2021) quando comparada essa variável com as bibliotecas da rede estadual de ensino, verifica-se que 113 (50%) bibliotecas escolares atendem ao espaço mínimo estipulado pela resolução 220/2020 do Conselho Federal de Biblioteconomia, predominando nelas espaços como Área de Leitura, estudo e pesquisa e Área de atendimento ao público.

Com o objetivo de identificar aspectos relacionados a avaliação das condições ambientais da biblioteca, apresenta-sea Figura 2 com destaque para avaliações positivas quanto ao mobiliário, iluminação, prevenção de incêndios e climatização, sendo necessário investimentos no que se refere a acessibilidade dos espaços.

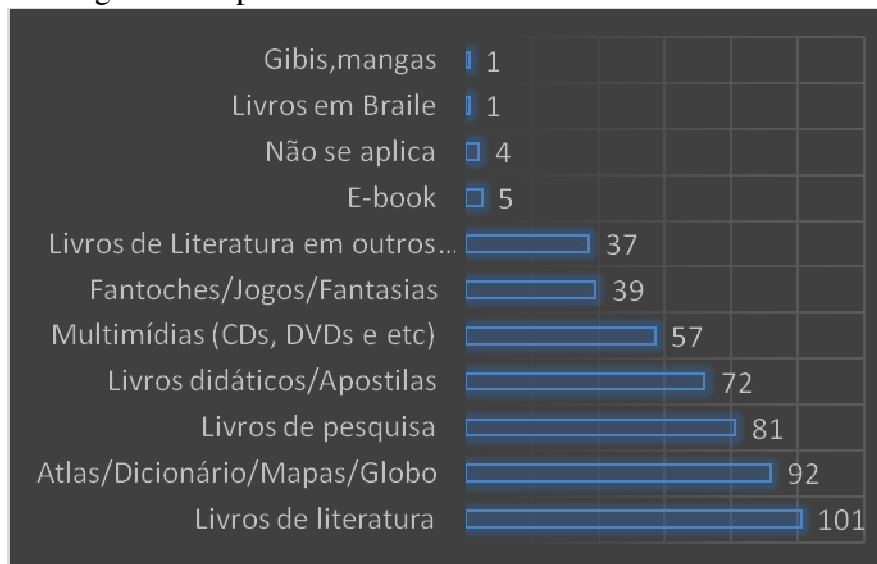
Figura 2 – Avaliação das condições ambientais da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com relação a tipologia do acervo, constata-se o predomínio de materiais tradicionais como: livros didáticos, livros de pesquisa, livros de literatura (Figura 3). Conforme Sena (2021) os mesmos materiais são identificados nas bibliotecas da rede estadual de ensino, observa-se a existência e quantidade ínfima de *e-books* (livros no formato digital) tanto nas bibliotecas da rede municipal (5) quanto da rede estadual (8).

Figura 3 – Tipo de acervo existente na Biblioteca na Escola



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

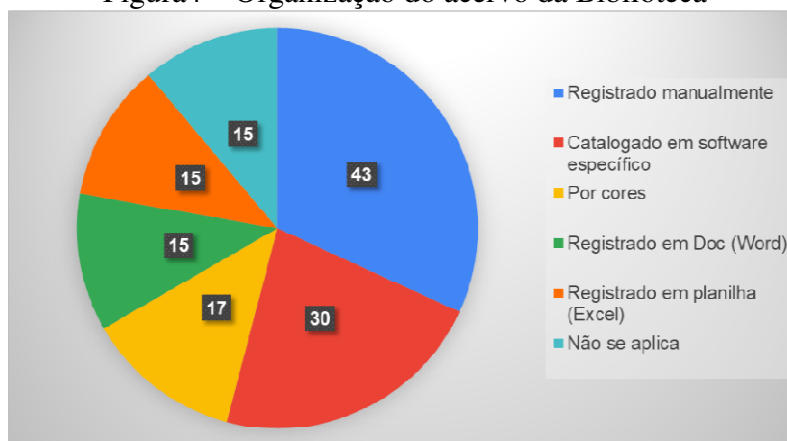
Quando questionados acerca da quantidade de títulos existentes na Biblioteca, **51 (50%) bibliotecas possuem mais de um título por estudante**, enquanto **26 (25%) bibliotecas possuem menos de um título por estudante**, **16 (16%) possuem um título por estudante** e 9 responderam não se aplica. Conforme a resolução 220/2020 do CFB o

recomendável é no mínimo um título por estudante matriculado, sendo o acervo diverso de gêneros e estilos literários.

Quando se relaciona esta questão a aquisição do acervo é nítido que as Bibliotecas dependem do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁸ que é um programa do Governo Federal que tem por objetivo distribuir livros didáticos e livros literários para as escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais e municipais, de forma universal e gratuita as instituições de ensino. Em outros casos a maior incidência de respostas recai sobre Secretaria de Educação do Municípios. Conforme Sena (2021) no cenário público estadual de ensino o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) garante a aquisição do acervo.

Com relação a organização do acervo da Biblioteca, 30 bibliotecas utilizam *softwares* dentre os citados estão IntelliBr, Sábio, Pergamum, Minibiblio, Educar web, Sistema Acadêmico Genexus, sendo o Pergamum utilizado por 8 bibliotecas, em contrapartida, 43 bibliotecas registram seus acervos manualmente. Na rede estadual de ensino a presença de softwares é ainda menor, apenas 11 delas utilizam programas como o Biblioteca Fácil (8) e Conectarius (3), já 129 escolas o registram manualmente o acervo manualmente (SENA, 2021).

Figura4 – Organização do acervo da Biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quando questionadas se os professores incentivam o uso da biblioteca, 85 indicaram que sim, 6 afirmaram que não e 10 indicaram não se aplica. Alguns diretores(as) comentaram as práticas que acontecem nas escolas.

⁸ Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: www.fnnde.gov.br. Acesso em 07 nov. 2022.

“Levando semanalmente ao espaço da biblioteca para contação de histórias, troca de livros, leitura, para desenvolverem atividades lúdicas envolvendo a leitura e pesquisa, pesquisa e outros.” (diretor(a) e)

“Divulgando os espaços da biblioteca para os alunos, incentivando a troca agendada com a equipe da biblioteca no horário de aula, solicitando pesquisas com o acervo da biblioteca, agendando horário para usar o espaço em atividades pedagógicas com a turma, incluindo os serviços da biblioteca na rotina escolar.” (diretor(a) f)

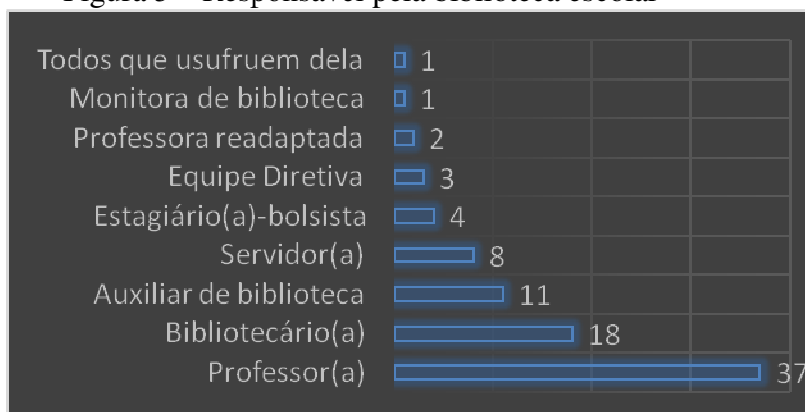
“Através de leituras em momentos específicos por turma na sala e na biblioteca, através dos empréstimos semanais, eleição do livro mais lido, teatro recontando as estórias, exposição das leituras e trabalhos em projeto municipal do município o Leia Canoinhas” (diretor(a) g)

Sena (2021) também identificou o incentivo sobre o uso da biblioteca nas escolas estaduais seja por meio de projetos de leitura, atividades pedagógicas de pesquisa e visitas a biblioteca para retirada de livros.

Em relação a existência de coleções especiais como o acervo em braile e ou *audiobooks*, apenas 38 diretores confirmaram sua existência.

Sobre as pessoas os responsáveis pela biblioteca, constatou-se que na sua maioria são os professores(as), totalizando 37, na segunda posição estão os bibliotecários(as), totalizando 18, conforme descrito na figura 5. Os professores que atuam nas bibliotecas possuem formação em Pedagogia, Letras (português) e História.

Figura 5 – Responsável pela biblioteca escolar



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Destaca-se que dos 18 bibliotecários(as) identificados, 14 deles atuam nas escolas de Florianópolis, 2 nas escolas de Palhoça, 1 em Itajaí e 1 em Criciúma. Esse expressivo número de bibliotecários(as) na capital decorre de o município contar com uma rede de bibliotecas escolares intitulado de Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (DEBEC) vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

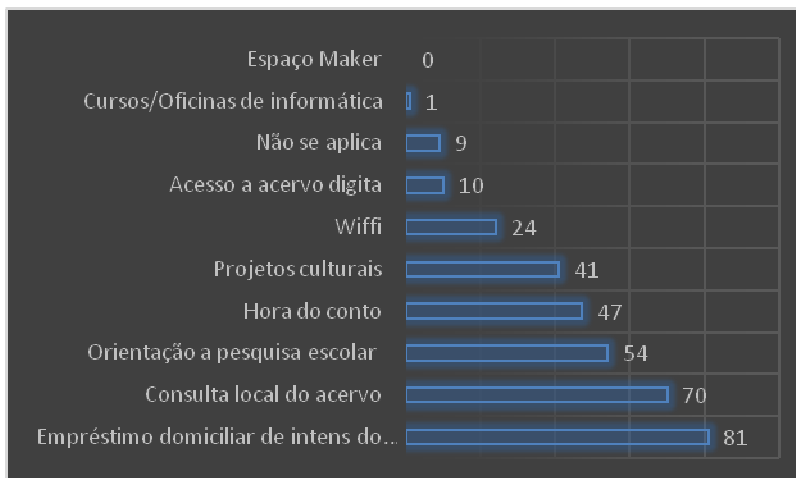
Em contrapartida, Sena (2021) constatou que nas escolas estaduais não existe a figura do bibliotecário no quadro do magistério, sendo que 95 professores são responsáveis pela gestão da biblioteca, muitos deles readaptados da sala de aula e delegados a esse espaço escolar sem orientação ou formação para atuar nele. Conforme a resolução 220/2020 do CFB as bibliotecas escolares devem ser administradas por bacharéis em biblioteconomia com registro no Conselho Regional de Biblioteconomia. Para que as prefeituras contratem bibliotecários(as) por processo seletivo ou concurso público é fundamental a existência do cargo de bibliotecário no quadro dos profissionais atuantes na educação. Assim, a criação do cargo pode ocorrer via poder executivo ou legislativo.

Destaca-se que no ano de 2021, pela primeira vez a Secretaria de Estado da Educação (SED) abriu um edital para contratação temporária de mais de 50 bibliotecários(as) conforme edital 3011/2021.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 260, de 22/01/2004, TORNA PÚBLICA a realização de Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário no cargo de Bibliotecário, Psicólogo, Assistente Social e Nutricionista para atuarem no Órgão Central e nas Coordenadorias Regionais de Educação. (SANTA CATARINA, 2021).

Os principais serviços ofertados pelas bibliotecas estão apresentados na figura 6. Conforme a resolução 220/2020 do CFB, são serviços básicos da BE consulta local ao acervo; empréstimo domiciliar de itens do acervo; atividades de incentivo à leitura; orientação à pesquisa escolar. Sendo assim, tais bibliotecas contemplam parcialmente os serviços básicos. Tais serviços também foram mencionados por Sena (2021) no âmbito nas escolas estaduais.

Figura 6 – Serviços ofertados



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os principais frequentadores da biblioteca são os estudantes e professores(as), perfil semelhante ao identificado nas escolas estaduais por Sena (2021).

Quando questionados se equipe da biblioteca se comunica com a comunidade escolar, 72 afirmaram que sim, 9 não e 20 indicaram que não se aplica. A comunicação acontece via face a face, verbalmente, durante os atendimentos, hora do conto, clube de leitura e empréstimos. Apenas uma pessoa mencionou grupo no *WhatsApp* e outra o *Facebook*.

As mídias sociais oferecem várias possibilidades de dialogo seja por chat por vídeo, por áudio neste sentido a comunicação entre usuário e biblioteca pode ser ampliada, além de promover os serviços oferecidos e atividades desenvolvidas na biblioteca. Portanto, uso das mídias sociais em bibliotecas pode ser uma alternativa de comunicação direta e informal que pode complementar os outros canais de atendimento ao usuário, além de promover serviços oferecidos e atividades desenvolvidas nesses espaços (ANJOS, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa elucidam uma pequena presença de bibliotecários(as) nas escolas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina. Dos 34 Municípios que participaram da pesquisa apenas 4 informaram que contam com bibliotecários(as) atuando nas escolas, sendo eles Florianópolis (14), Palhoça (2), Itajaí (1) e Criciúma (1). Na maioria das bibliotecas escolares municipais os responsáveis são professores(as). A presença do

Bibliotecário no município de Florianópolis se deve a criação em 1998 da Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias junto a Secretaria de Educação do Município.

Destaca-se que existem Cursos de Graduação em Biblioteconomia presenciais e na modalidade EaD cobrindo todo estado de Santa Catarina, favorecendo deste modo a contratação destes profissionais. Os municípios subestimam a biblioteca como equipamento social, e o faz também com os profissionais da Biblioteconomia. Para transformar o espaço da biblioteca em um ambiente de aprendizagem ativa, que integra coleções físicas e digitais, tecnologias e serviços com foco no ensino, lazer e descontração, ou seja, para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, os bibliotecários são indispensáveis.

A profissão de bibliotecário(a) é legalmente regulamentada há 60 anos, e ademais basta correlacionar com a pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" para entender como a Biblioteca Escolar mantém posição relevante na formação de leitores, por meio das atividades de mediação de leitura e de literatura, dentre as inúmeras atividades ofertadas.

Temos uma população de analfabetos funcionais e uma pandemia de *FakeNews*; a leitura e o acesso à informação são instrumentos fundamentais no combate ao analfabetismo. Diante do exposto, as bibliotecas não podem ser compreendidas como depósitos de material bibliográfico, e profissionais da Biblioteconomia não devem ser rotulados como algo desnecessário.

A pesquisa em questão permitiu conhecer a situação das Bibliotecas Escolares Municipais do Estado, e com os dados coletados subsidiar as ações dos gestores envolvidos com a educação, na busca cada vez maior do desenvolvimento e melhoria das escolas, da qualidade da educação e na formação de leitores. Para o Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB14) conhecer o cenário das escolas, permite que a tomada de decisões com relação a Fiscalização Preventiva possa ser aplicada visando o cumprimento da Lei 12.244/2010.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C.; TEDESQUI, C. A.; ALBUQUERQUE, A. C. Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da Lei 12.244/10. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 3, n. 1-2, p. 115-146, 2014. DOI: 10.5433/2317-4390.2014v3n1-2p115. Acesso em: 17 out. 2022.

ANJOS, C. R. dos. Biblioteca e mídias sociais: relatório de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 79-88, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/48469/30192>. Acesso em: 3 nov. 2022.

BERNARDINO, M. C. R.; SAMPAIO, D. B. Tangências e consequências da sociedade informática e da pós-verdade: o potencial papel da biblioteca pública. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 141–155, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/136266>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 22 nov. 2021.

CAMPELLO, B. D. S. *et al.* Situação das bibliotecas escolares no brasil: o que sabemos?. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 1 n. 1, n. 1, p. 1-29, 2012. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106555](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106555) Acesso em: 13 jan. 2023.

CAMPELLO, B. S. *et al.* A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 39-58, 2016. DOI: 10.9771/rpa.v10i2.13609. Acesso em: 17 out. 2022.

CASTRO FILHO, C. M.; COPPOLA JUNIOR, C. Biblioteca escolar e a Lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 1 n. 1, n. 1, p. 30-41, 2012. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106556. Acesso em: 17 out. 2022.

CFB. Resolução CFB nº 220, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 524, 18 maio. 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 826-836, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.19155. Acesso em: 10 out. 2022.

FILGUEIRA, B. L. A. *et al.* Panorama das bibliotecas escolares municipais da cidade de juazeiro do norte: desafios descortinados para a aplicação da lei 12.244/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 840-859, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2803>. Acesso em: 17 out. 2022.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 5 ago. 2021.

GUIMARÃES, F. X. *et al.* A biblioteca escolar e a formação do bibliotecário: uma reflexão a partir da lei 12.244. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. Especial, p. 65-72, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69980>. Acesso em: 17 out. 2022.



INSTITUTO PRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. [São Paulo]: Instituto Pró-livro; Itaú Cultural, 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_IPL_dez2020-compactado.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

MORENO, E. A. Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul (SC) segundo a Lei 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 23-32, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66748>. Acesso em: 17 out. 2022.

OHIRA, M. L. B. *et al.* Metodologia para o mapeamento e diagnóstico de bibliotecas escolares: relato de experiência do CRB-14. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 29., 2022, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: FEBAB, 2022. p. 1-13. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2654>. Acesso em 8 nov. 2022.

PEREIRA, G.; RODRIGUES SOBRINHO, P. N.; GIRELLI, R. T. As ações de implantação da Lei nº 12.244/2010 nos municípios da grande Vitória/ES. **Bibliocanto**, Natal, v. 6, n. 1, p. 25-39, 2020. DOI: 10.21680/2447-7842.2020v6n1ID19810. Acesso em: 27 set. 2022.

PEREIRA, R. A lei nº 12.244/2010 e seus desdobramentos no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. 9, p. 80-97, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66101>. Acesso em: 17 out. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação. **Edital nº 3011/2021: Processo Seletivo**. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/44-concursos/31362-concurso-de-act-para-bibliotecario-psicologo-assistente-social-e-nutricionista>. Acesso em 31 out. 2022.

SANTOS, A. P. D.; LIMA, M. M.; RESENDE, V. F. A. A legislação da biblioteca escolar nos estados pós Lei 12.244: o que mudou? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165882>. Acesso em: 17 out. 2022.

SENA, P. M.B. Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina: relatório técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/Relatorio-MPSC-versao-3.pdf>. Acesso em 20 nov. 2022.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74863>. Acesso em: 17 out. 2022.



SILVESTRE, P. R.; PAIVA, M. A. M. Bibliotecas escolares e sistemas de ensino: uma exploração na região metropolitana de belo horizonte *. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8 No. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136736>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 99-129, 2017. DOI: 10.14295/biblos.v31i2.6817. Acesso em: 17 out. 2022.

ZIMMERMANN, J. R.; PAULA, V. C.; OHIRA, M. L. B. Avanços, perspectivas e limitações da lei nº 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 161-179, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69447>. Acesso em: 17 out. 2022.

VAHLDICK, V.; *et al.* Diagnóstico para melhoria contínua nas bibliotecas escolares do município de indaial/sc. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 5 n. 2, n. 2, p. 43-59, 2017. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.112937](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.112937) Acesso em: 13 jan. 2023.

